

# Conflitos interpessoais na educação infantil: o olhar de futuros professores e egressos

Cândida Chiaparini<sup>1</sup>; <https://orcid.org/0000-0002-9415-5710>

Ivone Maria Mendes Silva<sup>1</sup>; <https://orcid.org/0000-0002-0058-091X>

Maria Isabel da Silva Leme<sup>2</sup>; <https://orcid.org/0000-0003-0844-3554>

## Resumo

Os conflitos interpessoais estão cada vez mais presentes no cotidiano das escolas, motivando a realização do presente estudo, que procurou verificar como são compreendidos e abordados por professoras em formação ou licenciadas em pedagogia. Participantes foram selecionadas a partir da menção à ocorrência de conflitos em seus relatórios de estágio, sendo convidadas a responder a questionários. Verificou-se que a maioria concebe os conflitos interpessoais vividos por seus alunos como eventos negativos, revelando ainda não se sentirem preparadas para agir diante das circunstâncias. Um dos fatores apontados como causa desse despreparo foi a formação profissional. Conclui-se que a formação docente assume função muito importante na mudança da escola e, em consequência, na construção de uma melhor abordagem das situações conflituosas que ela sedia. É preciso pensar uma formação que aproxime professores de suas realidades e que os auxilie na educação de valores.

**Palavras-chave:** Conflito; educação infantil; formação de professores.

## *The interpersonal conflicts in early childhood education: the look of future teachers and trainees*

## Abstract

The interpersonal conflicts are increasingly present in the daily life of schools, motivating the realization of the present study, which sought to verify how they are understood and approached by teachers in training or graduates in pedagogy. Participants were selected from the mention of the occurrence of conflicts in their internship reports, and were invited to respond to questionnaires. It was found that most conceive the interpersonal conflicts experienced by their students as negative events, revealing that they do not yet feel prepared to act in the face of circumstances. One of the factors identified as the cause of this lack of preparation was professional training. It is concluded that teacher training plays a very important role in the change of the school and, consequently, in the construction of a better approach to the conflicting situations that it hosts. It is necessary to think about a formation that brings teachers closer to their realities and that helps them in the education of values.

**Key words:** Conflict; child education; teacher training.

## *Conflictos interpersonales en la educación infantil: una mirada de futuros profesores y egresos*

## Resumen

Los conflictos interpersonales están a cada día más presentes en el cotidiano de las escuelas, lo que ha motivado la realización del presente estudio, que ha buscado verificar cómo son comprendidos y abordados por profesoras en formación o licenciadas en pedagogía. Se seleccionaron los participantes a partir de la mención de hechos de conflictos en sus informes de pasantía, siendo invitadas a contestar a cuestionarios. Se verificó que la mayoría concibe los conflictos interpersonales vividos por sus alumnos como eventos negativos, revelando aún no sentirse preparadas a actuar delante de las circunstancias. Uno de los factores apuntados como causa de esa falta de preparo fue la formación profesional. Se concluye que la formación docente asume función muy importante en el cambio de la escuela y, en consecuencia, en la construcción de un mejor abordaje de las situaciones de conflictos que en ella se presenta. Es necesario pensar una formación que acerque profesores de sus realidades y que los ayude en la educación de valores.

**Palabras clave:** Conflicto; educación infantil; formación de profesores.

1 Universidade Federal da Fronteira Sul – Erechim – RS – Brasil; [candidachiaparini@hotmail.com](mailto:candidachiaparini@hotmail.com); [ivone@uffs.edu.br](mailto:ivone@uffs.edu.br)

2 Universidade de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil; [belleme@usp.br](mailto:belleme@usp.br)

## Introdução

As salas de aula da Educação Infantil estão repletas de crianças que, dentro de um grande grupo, aprendem a conviver, a se comunicar e, enfim, a se desenvolver em inúmeros sentidos. É nesse contexto que as crianças estão sujeitas a interações que, por vezes, podem se tornar conflituosas. Esses conflitos não são exclusivamente negativos, pois podem adquirir diferentes sentidos, podendo ser interpretados como positivos ou negativos ou, como descritos por Galvão (2008), como conflitos construtivos e destrutivos. Segundo a autora, os conflitos construtivos são marcados por possibilidades de acordos e conciliações, quando as crianças demonstram um domínio da situação conflituosa. Já os conflitos negativos são marcados por comportamentos que demonstram expressões emocionais de sofrimento, como, por exemplo, quando há a disputa pela posse de algo ou de um lugar, ou até a recusa de contato físico com outra pessoa. Essas atitudes ocorrem como forma de proteção individual, como se a criança necessitasse proteger-se do ataque do outro, ou necessitasse atacar para se proteger (Galvão, 2008).

Os conflitos, embora comumente confundidos com violência, não são sinônimos. Leme (2009, p. 360) afirma que “o conflito nem sempre envolve violência”. Ela define o conflito como “uma situação de oposição entre pessoas envolvidas em uma interação social”, dando como exemplos diferenças de pensamentos, críticas, ou esbarrões acidentais que possam gerar frustrações no outro. Já a violência pode ocorrer quando um ou mais dos envolvidos no conflito resolve usar a “força para mudar a situação”, coagindo ou obrigando o outro a obedecê-lo.

Os conflitos podem ocorrer também entre criança e adulto, ou a própria criança pode vivenciar um conflito consigo mesma. Essa classificação é chamada na teoria walloniana, de conflitos de natureza exógena e endógena. Os conflitos de natureza exógena são aqueles que surgem no meio exterior, ou seja, no ambiente “estruturado pelos adultos e pela cultura” (Galvão, 1995, p. 42). Já os de origem endógena, são os “gerados pelos efeitos de maturação nervosa” do próprio indivíduo (Galvão, 1995, p. 42). Essas formas conflituosas de interação estão interligadas a inúmeras condições do desenvolvimento da criança, atuando inclusive como estímulos para esse processo. Para Wallon (1975), quando a pessoa se encontra no estado inicial de sua consciência, ela se confunde com a realidade exterior, não conseguindo se diferenciar do meio externo, e confundindo a sua personalidade com a dos demais. Os sujeitos se constituem através de relações com a família, com a escola e com os demais ambientes com os quais têm contato.

Outra forma de explicar as reações das crianças aos conflitos focaliza os processos mentais despertados pela situação de oposição que caracteriza este tipo de ocorrência, como por exemplo, o afeto despertado, a interpretação da situação, da intenção do autor da ofensa, reações possíveis etc. É uma perspectiva de pesquisa que considera tanto a influência do desenvolvimento psicológico como da aprendizagem no processo de resolução. Nesse sentido, alia con-

tribuições da Psicologia Cognitiva, no que diz respeito aos processos mentais envolvidos, com as da Psicologia Cultural com relação às práticas e valores que constituem esses processos, e do Construtivismo em relação à influência do desenvolvimento (Leme & Carvalho, 2014). Segundo essa perspectiva, os conflitos podem ser resolvidos basicamente por estratégias de enfrentamento pacífico, caracterizando a negociação ou conciliação, ou enfrentamento violento, quando se busca coagir ou forçar o outro participante que se submete, ou seja, não enfrenta o conflito, que seria também uma estratégia para chegar ao desfecho (Leme & Carvalho, 2014). A escolha das estratégias depende do nível de desenvolvimento e da aprendizagem. O desenvolvimento é necessário pela grande quantidade de informações a serem coordenadas entre si para lidar com a situação, como por exemplo, a identidade do causador do conflito, sua intenção, reações possíveis, riscos e benefícios e outras. Um bom exemplo do importante papel do desenvolvimento na coordenação de informações é a teoria da mente, ou seja, a capacidade que temos de entender estados mentais do outro, para compreendermos suas intenções, o que no caso do conflito é extremamente importante, conforme examinado acima. Essa capacidade é restrita em pré-escolares e tem sido avaliada por meio da tarefa da falsa crença. Nessa situação, crianças de até 3 anos não são capazes de avaliar que um personagem irá usar informação inválida, em virtude de não estar presente quando ocorreu mudança na situação. Assim, creditam a esse personagem aquilo que elas próprias sabem porque testemunharam a mudança (Domingues & Maluf, 2008).

A experiência adquirida por meio da aprendizagem é outra variável extremamente importante para a resolução de conflitos, pela influência marcante que tem o contexto cultural em que o indivíduo se desenvolve na escolha de estratégias. Culturas coletivistas como as latinas, orientais e árabes valorizam a manutenção da harmonia do grupo em que se insere o indivíduo, e assim, tendem a privilegiar as estratégias que mantêm a convivência pacífica, como a negociação, ou mesmo a esquiva ou submissão ao outro. Já as individualistas, como as europeias e norteamericana, tendem a valorizar mais a expressão da individualidade do que a coesão do grupo, e assim, valorizam as estratégias de enfrentamento, mesmo que mais violentas (Martinez Lousano, Sanchez Medina, & Goudena, 2011).

Também nessa perspectiva os ambientes de socialização, família e escola, são considerados de extrema importância para a resolução de conflitos porque é neles que a experiência é adquirida. No caso do ambiente familiar, a criança é exposta a modelos de resolução ao presenciar como figuras significativas, como pais, resolvem conflitos entre si, ou com outras pessoas, e também, como resolvem os conflitos com elas. Além disso, se os pais adotam um estilo democrático de exercício da sua autoridade, explicando o motivo pelo qual estão interditando alguma ação ou objeto, aumenta a probabilidade de que os filhos sejam respeitosos e conciliadores em seus conflitos com outros adultos e pares de idade. Já quando o estilo é autoritário ou negligente,

a resolução tende a ser ou submissa ou agressiva (Leme, Carvalho, & Joveleviths, 2012).

A escola, por sua vez, também é importante instituição de socialização da criança, principalmente pela sua concepção de conflitos, porque esta determina como será tratado esse tipo de ocorrência. Se a escola concebe que paz é sinônimo de ausência de conflitos, em geral estabelecerá muitas regras para evitar sua ocorrência, ou intervirá diretamente neles, interrompendo-os sem auxiliar as crianças a chegarem a uma solução satisfatória (Vinha & Togneta, 2014). Por outro lado, as consequências que estabelece para os conflitos, assim como o estilo de gestão, mais ou menos democrático, pode prover experiências significativas para as crianças resolverem de modo construtivo seus conflitos. Além disso, muitas vezes, a escola pré-julga os alunos, considerando sua falta de disciplina ou seus comportamentos inadequados como de culpa exclusiva da família, isentando o ambiente escolar de qualquer responsabilidade pelo problema. Essa forma de compreender a situação dificulta a resolução do problema (Galvão, 2003) porque não se questionam práticas vigentes em seu interior que podem estar favorecendo os desentendimentos. Santos, Prestes e Freitas (2014) entrevistaram professoras da Educação Infantil sobre como procederiam nos conflitos que lhes foram propostos em entrevista individual. As autoras verificaram que a estratégia mais frequente seria a de intervir nos conflitos, resolvendo-os pelas crianças envolvidas. Porém, mesmo que em proporção bem menor, foram citadas iniciativas no sentido de mediar os conflitos entre as crianças, incentivando-as a negociar e resolver por si mesmas, o que seria a forma de intervenção mais desejável, porque além de estimular a autonomia, ensina o enfrentamento pacífico em que os interesses e direitos de todos os envolvidos são contemplados.

Entretanto, em recente avaliação do ambiente escolar em que se buscou identificar a percepção dos educadores sobre os conflitos que ali ocorrem, Vinha e colaboradores (2016) constataram que além das formas relatadas acima de lidar com estes eventos, os educadores nem sempre intervêm nos que ocorrem entre alunos, por considerá-los de menor gravidade quando não envolvem agressão física ou verbal explícita. Quando estas ocorrem, verificaram que os educadores são favoráveis à adoção de medidas repressivas, inclusive ministradas por agentes externos à escola, por não considerarem sua função atuar na administração destas ocorrências, nem atuar na formação dos alunos nesta área.

Porém, após formação na área de resolução de conflitos, os educadores revelaram maior disposição em ouvir as partes envolvidas nos incidentes e mediá-los, o que no entender das autoras sinalizaria uma possível mudança na concepção do papel da escola nesta situação. Além disso, muitos tomaram consciência de atitudes e ações inadequadas o que repercutiu não só na sua prática docente, mas ainda em outras relações pessoais.

Vale lembrar ainda o que Martins, Machado e Furlanetto (2016) observaram sobre a relação dos educadores com medidas disciplinares consagradas nas escolas, muitas vezes legitimadas pela família, o que pode acabar estimulando formas de disciplina inadequadas. Isso porque muitos

dos profissionais da educação podem acreditar que esse tipo de ação ainda é a mais adequada para a aprendizagem e para a manutenção de um ambiente "equilibrado". Segundo as autoras, o processo de socialização das crianças e jovens na escola não é simples e linear porque nem sempre a lógica da escola coincide com a dos alunos e suas famílias.

Verifica-se, assim, que é preciso desmistificar a ideia de negatividade apresentada nos conflitos escolares e buscar entender o contexto em que eles ocorrem, em que situação a criança se encontra, para poder repensar as práticas pedagógicas e encarar os conflitos de forma mais natural e menos traumatizante para professores e alunos. Verifica-se assim que a concepção de conflito é fundamental para que possam ser geridos de maneira a contribuir positivamente para o desenvolvimento da criança. Este trabalho tem por objetivo identificar como os conflitos interpessoais são compreendidos e abordados pelos professores em formação e recém-formados, de modo a contribuir para práticas pedagógicas mais propícias à boa convivência na escola e promoção do desenvolvimento dos alunos.

## Método

### Participantes

Participaram da pesquisa 11 alunas do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Erechim/RS. As alunas foram selecionadas a partir da menção a conflitos em seus relatórios de estágio. Verificou-se que entre os 64 relatórios analisados das duas turmas que concluíram o Estágio em Educação Infantil, apenas 12 mencionaram a existência de conflitos no seu decorrer. Entre as 12 estagiárias identificadas e convidadas a participar da segunda etapa, 11 concordaram assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Tanto os termos quanto os questionários foram enviados às participantes por e-mail, que os devolveram pessoalmente após o preenchimento.

As 11 participantes selecionadas são do sexo feminino, com idade variando entre 22 e 35 anos. Sete atuaram na Educação Infantil somente nos 20 dias requeridos no estágio, e quatro já trabalharam como docentes nessa etapa de ensino por mais de seis meses. A faixa etária das crianças junto às quais as estagiárias atuaram durante o estágio variava de 2 a 6 anos.

### Procedimentos

Foi realizada análise documental dos relatórios elaborados pelas estagiárias que cursaram entre 2013 e 2014 a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil, no 8º semestre do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Erechim/RS, nos quais se buscou identificar informações sobre o tema

investigado. A elaboração desses relatórios deu-se com o propósito de promover uma reflexão diária sobre o decorrer das aulas durante o estágio, sendo entregues como parte integrante da avaliação da disciplina.

A análise dos documentos descrita levou à seleção das 11 estagiárias que fizeram menção a conflitos em seus relatórios e que foram convidadas a responderem a um questionário. Além do levantamento do perfil das participantes do estudo e da identificação da escola e turma em que elas atuaram, o questionário foi composto por sete perguntas, que buscaram identificar: 1) qual o entendimento das participantes acerca do tema conflitos interpessoais no contexto da Educação Infantil; 2) os motivos pelos quais ocorrem os conflitos; 3) se foram identificados conflitos interpessoais durante a realização de seu estágio em educação infantil e quais as configurações assumidas por esses conflitos; 4) o que pensaram diante das situações de conflito e como agiram; 5) as possíveis dificuldades vivenciadas na construção de intervenções e busca de soluções; 6) se tiveram acesso durante sua formação a discussões ou capacitações sobre o tema e as características destas; 7) onde, quando e de que forma (metodologias, duração, enfoque etc.) o assunto deveria ser abordado junto aos profissionais da educação. Também foram feitas perguntas sobre a formação recebida ao longo da graduação em Pedagogia, bem como em outros momentos e contextos formativos, para a abordagem do tema, as características dessa formação, suas contribuições e lacunas. Dessa forma, o questionário nos permitiu acessar informações sobre como os conflitos interpessoais são compreendidos e abordados pelas participantes da pesquisa, situando essas formas de compreensão e atuação no quadro de suas experiências formativas e profissionais.

A análise dos questionários levou em consideração o conjunto dessas informações, possibilitando, após algumas leituras do material, a construção de inferências em articulação com as contribuições teóricas advindas da literatura revisada. Os temas centrais identificados no material analisado foram posteriormente organizados em eixos temáticos mais amplos, considerando a existência de pontos de aproximação e contraste, recorrências e divergências nos dados, com base na proposta de Bardin (2011). A elaboração de critérios de análise foi alimentada por esses processos.

Cabe destacar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS, conforme parecer consubstanciado nº 1.319.137, tendo sido tomados os cuidados éticos recomendados na condução de todo o processo, entre eles a adoção de nomes fictícios para designar as participantes do estudo, de modo a manter seu anonimato.

## Resultados e Discussão

A partir da análise de conteúdo do material empírico obtido na pesquisa, foi organizada uma forma de apresentação e discussão dos dados que se estrutura em quatro

seções temáticas: 1) Concepções acerca dos conflitos interpessoais na educação infantil, 2) Dentro da escola: os conflitos presenciados e vivenciados pelas estagiárias, 3) Diante do conflito: os processos de intervenção e as dificuldades encontradas, 4) A Formação docente: influências na compreensão e na atuação diante dos conflitos.

### Concepções acerca dos conflitos interpessoais na educação infantil

Para caracterizar as concepções das participantes da pesquisa sobre conflitos, bem como compreender outras respostas posteriores ao questionário, foi questionado o que entendiam por conflitos no contexto da Educação Infantil. A definição apontada pela maioria das participantes foi que os conflitos são gerados pela divergência de opiniões e consistem basicamente em disputas ou desentendimentos, verbais ou físicos, entre as crianças e entre as crianças e a professora. Essas disputas ocorrem pela posse de materiais, como brinquedos, objetos, ou até mesmo pela atenção da professora: *“As crianças entram em conflito na tentativa de defender seus interesses e suas opiniões, em oposição à opinião ou posicionamento do outro”* (Alice, Questionário, 2015), coincidindo com o observado por Galvão (2008).

Uma das participantes da pesquisa ainda apontou que os conflitos *“não são um problema, mas uma possibilidade de perceber angústias, medos e fatores importantes do desenvolvimento das crianças, para ajudá-las e fazer compreender de alguma forma seus sentimentos e ações”* (Olívia, Questionário, 2015). Assim, ela demonstra uma visão positiva dos conflitos em sala de aula. Porém, as demais não fizeram menção a sentidos positivos nas ocorrências destacadas nos relatos; inclusive uma participante salientou que acredita que os conflitos interpessoais são *“situações em que uma criança a partir de suas ações prejudique no processo de ensino e aprendizagem dos demais colegas”* (Joana, Questionário, 2015).

Como já colocado anteriormente, para Galvão (2008) os conflitos podem ser vistos como positivos ou negativos; dependendo da forma como são encarados, das atitudes e das soluções para eles. *“No cotidiano escolar, qualquer conflito pode ser potencialmente construtivo desde que seja tomado como objeto de reflexão”* (Galvão, 2008, p. 222). Muito relacionadas ao conceito que as participantes da pesquisa atribuíram aos conflitos, estão as respostas referentes aos motivos que atribuem para a sua ocorrência. Nas respostas dadas a essa questão, ficaram claras as diferenças de concepções das estagiárias. Quatro relataram que os conflitos ocorrem porque cada criança tem sua individualidade, uma história, pensamentos e desejos próprios e, ao conviver em um ambiente escolar, com uma ampla diversidade de personalidades, seria anormal se não existissem conflitos: *“As próprias relações humanas causam conflitos, imagine num espaço onde se encontram várias cabeças e pensamentos diferenciados, seria anormal se esses conflitos não existissem”* (Catarina, Questionário, 2015).

Essa posição das estagiárias diante da ocorrência de conflitos no ambiente escolar demonstra a concepção da criança como um sujeito além do cognitivo, mas também como um ser afetivo e social, coincidindo com a concepção walloniana do indivíduo como um ser completo, no qual o desenvolvimento biológico está integrado ao social. Essa visão do desenvolvimento da criança faz com que os conflitos, tanto os externos quanto os internos, sejam considerados como constituintes da criança, “pontuando seu crescimento” (Wallon, 2007, p.11), e não como um problema que dificulta as atividades escolares.

Quatro das estagiárias que participaram da pesquisa relataram que os conflitos ocorrem pelo fato de as crianças, na idade em que frequentam a Educação Infantil, ainda serem muito autocentradas ou egocêntricas, dificultando o relacionamento entre elas. O sentido que elas atribuem a esse tipo de conduta se aproxima a uma forma de individualismo, tal como podemos constatar em seus relatos, quando utilizam o termo para referir-se a processos vividos pelas crianças como disputas por brinquedos e pela atenção da professora, a necessidade de serem líderes e ganharem sempre, de serem melhores que as outras, de terem seus interesses e vontades individuais atendidos. Em alguns casos, o uso do termo egocentrismo remete à definição postulada por Jean Piaget, para quem o pensamento da criança pré-operatória (dois aos seis anos aproximadamente) é egocêntrico, ou seja, centrado no próprio ponto de vista da criança e tendendo a desconsiderar o ponto de vista dos outros sujeitos sobre os acontecimentos (Piaget, 1996).

Além da subjetividade e do egocentrismo ou individualismo, que foram identificados pelas estagiárias como motivos para a ocorrência de conflitos na Educação Infantil, três das participantes da pesquisa apontaram como causa problemas pessoais da criança. Uma delas acredita que as atitudes conflituosas das crianças na escola são uma “*reprodução do que vê em casa*” (Anitta, Questionário, 2015); outra julga que os conflitos pessoais da criança acabam por interferir nas atitudes conflituosas que ela manifesta com a professora e com os colegas. Ela acredita que “*pode ser também uma forma da criança de pedir ajuda*” (Joana, Questionário, 2015). Em um relatório, uma estagiária, ao descrever vários conflitos com determinada aluna, salientou: “É importante destacar que a estudante mencionada acima, com quem tivemos dificuldade para conversar e se relacionar, passa por conflitos familiares, aparenta muita carência...” (Olívia, Relatório, 2013). Ramos e Vinha (2014) também observaram esta tendência de educadores responsabilizarem a família pelos conflitos que ocorrem na escola, sem questionar se o contexto da instituição, como por exemplo, o modo com que elas, professoras, lidam com esse tipo de ocorrência, não teria alguma participação nos mesmos.

### **Dentro da escola: os conflitos presenciados e vivenciados pelas estagiárias**

Os conflitos mais comuns foram aqueles entre as crianças por disputa de brinquedos e materiais, que acaba-

vam sempre gerando uma forma de atrito verbal ou físico, como empurrões, mordidas e beliscões. Outros conflitos destacados por quatro estagiárias foram os que ocorriam durante brincadeiras e jogos, nos quais as crianças precisavam seguir regras, respeitar a opinião do colega ou as decisões em grupo. Muitas crianças não aceitavam “perder” ou não admitiam que suas opiniões não prevalecessem, brigando com os colegas.

Podemos entender esses conflitos relatados pelas estagiárias como diretamente ligados ao desenvolvimento da criança, quando a constituição do sujeito ocorre através da interação e do confronto com o outro. São as condutas de preservação e diferenciação do eu, defendidas por Wallon: por volta dos 3 anos, quando inicia-se uma fase de “reviravolta” nas atitudes e relações da criança. A criança encara tudo o que é diferente dela como uma afronta e busca resolver as situações através do confronto, ou seja, combate tudo o que vem de encontro ao outro, ao “não eu”. Essa etapa do desenvolvimento da criança refere-se ao *estágio personalista*, em que ela busca “expulsar do eu o não eu”, como uma forma de testar sua personalidade em fase de construção (Galvão, 1995, p. 54). Outra explicação para a conduta observada seria a falta de experiência e suficiente desenvolvimento psicológico da criança de 3 anos para levar em consideração a perspectiva do outro, seus direitos, desejos e conciliá-los com os seus (Leme & Carvalho, 2014).

Além dos conflitos entre as crianças, foram relatados desacordos entre elas e a professora estagiária. Duas participantes relataram que as crianças apresentaram “atitudes de teste” da professora, tentando chamar sua atenção o tempo todo. Uma estagiária relatou no questionário a conduta de uma criança de 3 anos que, além de agredir os colegas, a agrediu fisicamente, deixando-a sem reação imediata. A outra estagiária descreveu em seu relatório vários momentos em que ela e uma criança tiveram desacordos. Relatou episódios em que a criança, ao ser contrariada, agia violentamente, chegando a jogar pedras, bater e até arrancar o seu crachá.

Essas atitudes de confronto e de necessidade de se destacar, chamar a atenção da professora ou dos colegas, relatadas pelas participantes, também podem estar associadas ao estágio em que a criança tenta afirmar a sua personalidade, buscando assegurar suas vontades a qualquer custo, provocando a professora, brigando, quebrando brinquedos; enfim, sua conduta passa a ser direcionada para a defesa de seus interesses. Outra explicação para a conduta da criança, segundo a perspectiva cognitiva, seria que por não ter ainda desenvolvimento suficiente para avaliar a posição do outro, coordená-la com a sua, preocupa-se e defende apenas as próprias necessidades e sentimentos (Leme & Carvalho, 2014).

### **Diante do conflito: os processos de intervenção e as dificuldades encontradas**

Diante das várias situações conflituosas a que as estagiárias foram expostas, sete agiram com insegurança. Ao

serem questionadas quanto ao que pensaram e como lidaram com as situações, algumas relataram que se sentiram aflitas, ao ponto de quererem desistir do estágio, que não conseguiram pensar em nada e que agiram por impulso, confirmando o observado por Martins e cols. (2016) sobre a aplicação de disciplina nem sempre adequada. Uma estagiária relatou que tentou manter a calma e eleger a prioridade para o momento: *“A princípio senti uma aflição, no entanto precisava agir para ‘controlar’ a situação. Não queria que nenhuma criança se machucasse com o ocorrido...”* (Luiza, Questionário, 2015).

Seis delas buscaram resolver o conflito através de conversas, procurando entender os motivos que levaram as crianças ao desentendimento, orientando-as a refletirem e a não agirem dessa forma. Como salientou uma das estagiárias: *“Em alguns casos precisei agir como mediadora dos conflitos, facilitando a comunicação, estimulando a reflexão e o diálogo das crianças sobre o fato gerador do conflito, sempre com o cuidado de não determinar a solução”* (Alice, Questionário, 2015).

A posição da estagiária diante do conflito mostra sua preocupação em mediar a situação de forma a fazer com que as crianças refletissem sobre o ocorrido e conseguissem solucionar o problema (*“cuidado de não determinar a solução”*). Ela também se preocupou em compreender e fazer com que as crianças também compreendessem *“o fato gerador do conflito”*, para assim definirem juntas a melhor solução. Vale observar que as ações desta estagiária consistem no que Vincentin (2013) aponta como mais adequado para desenvolver estratégias de resolução pacíficas e autonomia nas crianças.

Um aspecto importante a ser destacado na resolução dos conflitos é que a solução não pode estar baseada nas consequências dos problemas, mas sim nas causas que permitiram que ele acontecesse, pois a eficácia da resolução de um conflito está em eliminar ou diminuir o que o ensejou. *“Compreender as causas e pensar em soluções a partir delas aumentam para as crianças as chances de o problema ser solucionado. Além disso, elas poderão evitar situações semelhantes, pois passam a ter mais recursos para se autorregular”* (Oliveira & Vidigal, 2013, p. 226).

Diante das situações conflituosas, todas as estagiárias observaram a necessidade de maior interação entre as crianças e decidiram trabalhar este aspecto. Entretanto, pensaram em estratégias breves de intervenção, por ser um estágio de apenas 20 dias. Consideramos que seria importante que os professores, juntamente com a escola, desenvolvessem ações contínuas para prevenção e identificação das causas dos conflitos, tão comuns no cotidiano escolar. Porém, por conceberem frequentemente os conflitos como negativos e se sentirem inseguros para lidar com as situações, os professores muitas vezes agem impulsivamente, buscando resolvê-los rapidamente ou evitá-los ao máximo, confirmando o observado por Vinha e cols. (2016) sobre o ambiente escolar. Pouco se estuda nos cursos de formação sobre a complexidade das relações, o que reflete em sala de aula, onde o professor, por não estar preparado, educa moralmente, de forma improvisada, baseado apenas no bom senso (Vinha, 2003).

Quanto às estagiárias que referiram conflitos com as crianças, uma relatou que não teve reação diante da situação em que foi agredida; outra, por insegurança, procurou manter a calma e ignorar as atitudes da criança, que buscava chamar a atenção e testar os limites da professora. E quanto às agressões recorrentes a uma das estagiárias, explicitadas em seu relatório de estágio, mas não no questionário, ressalta-se que essa tentou sem sucesso dialogar com a criança várias vezes. Assim, as ações da estagiária se resumiam em separá-la dos demais até que se acalmasse, e em ignorar as suas atitudes até que ela resolvesse participar das atividades novamente. *“Na verdade não consegui pensar em nada no momento em que me agrediu...”* (Anitta, Questionário, 2015). *“Foi necessário deixá-la sentada por alguns minutos”* (Olívia, Relatório, 2013).

As respostas apresentadas pelas participantes da pesquisa mostram uma diversidade de ações diante de situações semelhantes. Porém, a maioria procurou resolver os conflitos, seja com ações diretas, com apoio de professores, seja dialogando ou inserindo práticas coletivas nas atividades pedagógicas. Mesmo que suas formas de mediar possam não ter obtido o sucesso desejado, elas parecem propensas a considerar que suas propostas, métodos de ensino e formas de comunicação podem de alguma forma interferir nas situações conflituosas, seja contribuindo na origem de algumas delas ou para sua resolução.

Outra participante da pesquisa, que ressaltou a importância da mediação dos conflitos, acreditava que as próprias crianças resolveriam a situação sem a intervenção de um adulto. Porém, diante de uma situação conflituosa, percebeu que havia a necessidade de interferir: *“A principal dificuldade que enfrentei foi quanto à distribuição dos objetos para as crianças, pois pensei que eles próprios encontrariam uma solução para o problema; como precisei interferir percebi a importância de mediar as decisões das crianças”* (Catarina, Relatório, 2014).

Paniagua e Palacios (2007, p.132) abordam a posição do adulto como referência na Educação Infantil, defendendo que as *“crianças pequenas são orientadas e apoiadas em seu crescimento pelos adultos de referência”*, que na escola são os professores. Os autores ressaltam que os educadores devem proporcionar *“segurança afetiva”* para que as crianças possam brincar, explorar e interagir com os demais, como também devem *“colocar exigências, desafios, normas que orientem a aprendizagem e a socialização”* (Paniagua & Palacios, 2007, p. 132).

A atitude de comprometimento diante dessas situações não deve se limitar somente ao professor, mas deve incluir também a escola. Enfrentar os conflitos deve ser uma atividade assumida por todos os atores envolvidos no cotidiano escolar. É preciso que a escola ofereça condições para que o tema seja trabalhado, abra espaços para discussões, análises e estudos que possibilitem o aperfeiçoamento de suas práticas e, conseqüentemente, oportunize que os conflitos interpessoais exerçam um papel construtivo no desenvolvimento da criança. Como destaca Galvão (2008): *“Uma escola que não se reconhece como terreno que provo-*

ca e acolhe conflitos dificulta que seus atores o façam, pois fazê-lo pode levantar o temor de ser visto como incompetente e fracassado” (p.225).

## **A Formação docente: influências na compreensão e na atuação diante dos conflitos**

Apesar das dificuldades destacadas pelas estagiárias, 9 relataram que tiveram acesso ao tema dos conflitos durante a sua formação, ou em sua experiência profissional. Cinco relataram a participação em momentos de troca de experiências entre colegas, quando expunham situações conflituosas e debatiam as formas de agir diante delas, o que nem todas experienciaram. Uma delas ressaltou que poucas vezes teve acesso a discussões sobre o tema: *“Algumas discussões ocorreram durante o período de estágio, onde as colegas relataram os conflitos que estavam tendo em sala de aula, e então discutíamos sobre os mesmos em aula”*. Já outra participante disse ter acesso ao tema em outras formações: *“Por ter participado de um programa de iniciação a docência já havia debatido sobre o assunto em momentos de compartilhamento de experiências. Porém, o acesso ficou restrito a isso”* (Luiza, Questionário, 2015). Quatro relataram ter tido acesso a informações no decorrer das aulas de algumas disciplinas, nas quais eram debatidos textos e expostos alguns exemplos.

Os relatos das estagiárias mostraram que, em algum momento durante o curso de graduação, elas puderam discutir ou estudar o tema, seja em sala de aula ou em outros espaços dentro da universidade, onde tiveram contato com práticas que abordam questões semelhantes. No entanto, ficou claro, diante das dificuldades que vivenciaram ao enfrentar os conflitos, que isso não foi suficiente para prepará-las para atuarem com segurança no papel de professoras em face da realidade das escolas atualmente. Fischer e Ohlweiler (2013), ao relacionarem autoridade, infância e crise na educação, destacam que “o tema da indisciplina, da dificuldade de educar ou de simplesmente ‘dar uma aula’” (p. 222) vem sendo cada vez mais discutido em inúmeras instituições, passando a ser discurso do senso comum na educação. A crise na educação está associada ao desânimo, ao descontentamento que esses pais e professores vêm enfrentando na hora de educar as crianças. Porém, ela pode ser mais bem compreendida se eles perceberem que o problema que cerca a educação está ligado a determinada “crise da modernidade”, pela qual vários setores são atingidos, e a educação é apenas mais um dos alvos sujeitos as suas consequências. Ou seja, por ser uma instituição da sociedade, a escola está diretamente conectada com a modernidade e, em decorrência disso, com as mudanças que ocorrem nela. Nesse sentido, as autoras questionam se o que é visto como crise na educação é necessariamente negativo porque entendem que sua base é uma concepção de autoridade já ultrapassada, baseada no mero exercício do poder (Fischer & Ohlweiler, 2013).

Com essas transformações da sociedade moderna, reforça-se a necessidade de os professores estarem cada vez mais qualificados e dispostos a mudarem suas práticas para ingressarem em sua profissão. Porém, observam-se muitas lacunas no currículo quando os profissionais em formação relatam, na 8ª fase do curso, tantas dificuldades para lidar com conflitos na Educação Infantil durante a prática de estágio, o que também foi observado por Vinha e Tognetta (2014). Provavelmente em virtude dessas dificuldades, a maioria das participantes da pesquisa sugeriu que uma capacitação sobre o assunto, para alcançar bons resultados, deveria ser desenvolvida durante a graduação e também como formação continuada nas escolas. *“A formação deveria ocorrer desde a formação inicial do professor, nas universidades, e seguir fazendo parte de sua vida profissional, pois é na prática que surgem as necessidades de ações e as maiores dúvidas”* (Alice, Questionário, 2015).

Vinha (2003) reforça que as formações de professores raramente enfocam as relações entre alunos e alunos e professores, o que considera extremamente necessário para a construção de um trabalho em função da melhoria das interações sociais. Ela destaca que “esse despreparo, assim como o vazio curricular com relação a um trabalho construtivo e contínuo com os conflitos, regras e valores, são parcialmente responsáveis pela indisciplina, embates e violência que ocorrem nas instituições educativas” (Vinha, 2003, p. 400). Neste sentido, a concepção de conflito que se observa nas instituições escolares é de algo negativo, ignorando o seu potencial para promover o desenvolvimento da autoregulação, de valores morais e da busca de soluções mais cooperativas (Vinha & Tognetta, 2014). Entretanto, vale lembrar que Vinha e cols.(2016) observaram que essa situação foi modificada com a formação que propiciaram a educadores sobre intervenção em conflitos, o que mudou até a relação destes com outras pessoas fora da escola.

As estagiárias ainda relataram que acreditam que, para que essas formações possam ser significativas, é importante que elas se aproximem da prática e proporcionem a troca de experiências entre os professores. Através da reflexão sobre os conflitos ocorridos no contexto da Educação Infantil, de leituras e debates com profissionais qualificados sobre o assunto, será possível uma melhor compreensão, auxiliando para uma atitude mais adequada diante deles. O estabelecimento de relações entre teoria e prática, junto com a reflexão sobre as atitudes tanto dos alunos como dos professores, é o que no momento parece mais próximo de um ideal de capacitação.

Entretanto, a etapa de ensino que atende a Educação Infantil, por se destinar a crianças pequenas, possui características muito particulares, que devem ser levadas em conta na formação dos profissionais, não somente no que se refere às interações, aos conflitos, mas na formação dos indivíduos como um todo. Brasil e Galvão (2009), ao pesquisar sobre os desafios do ensino na Educação Infantil, sob a perspectiva dos professores, identificaram que estes precisam ser “éticos e epistemológicos”: éticos para perceberem o quanto podem influenciar na vida das crianças e na questão de valores, e

também para respeitar o seu contexto cultural; e epistemológicos para profissionalizar os conhecimentos constituídos historicamente sobre as crianças.

O fato de ter como objeto de trabalho seres humanos faz com que os professores tenham sua trajetória profissional e os conhecimentos construídos ao longo dela influenciados por essas interações, o que traz consequências importantes para a sua prática. Entre as principais características do trabalho docente estão a sensibilidade para identificar as diferenças entre os alunos, e o componente ético e emocional imbricado no saber profissional – os professores estão sujeitos a mudanças emocionais que levam ao questionamento sobre suas práticas, intenções e valores. Isso tudo exige do professor uma grande disponibilidade afetiva e capacidade de reflexão. “Os trabalhos realizados de acordo com essa perspectiva mostram que os saberes docentes são temporais, plurais e heterogêneos, personalizados e situados, e que carregam consigo as marcas do seu objeto, que é o ser humano” (Tardif, 2000, p. 17-18).

Como as universidades são as instâncias com as quais os estudantes de Pedagogia podem contar, ressalta-se a necessidade dessas e dos demais centros de formação educacional repensarem a forma como vêm conduzindo esse processo de formação. O que se pode constatar, pelo menos no Brasil, é que grande parte das formações tem seguido mais uma “lógica disciplinar” do que uma “lógica profissional”, sendo assim conduzida por questões de conhecimentos, e não por questões de ação (Tardif, 2000). Assim, podemos observar que muitos são os desafios que cercam a formação dos professores. O comentário “*pensei em desistir do estágio várias vezes*” (Joana, Questionário, 2015), demonstra de forma clara como esses se fazem presentes nos “diferentes momentos da formação docente” (Sarti, 2009, p. 134), sendo o estágio um deles.

O papel do professor, expresso na forma como compreende, estimula e age diante das situações, é determinante no desenvolvimento da criança. E, para isso, é necessário não somente a formação intelectual, mas uma formação que considere a complexidade do seu papel. Será que a universidade está proporcionando experiências/momentos de formação que, além de estimularem o desenvolvimento intelectual, também os auxiliam a aprimorar sua dimensão relacional/emocional? Afinal, como conclui Galvão (1995) ao ponderar sobre uma pedagogia inspirada na psicogenética walloniana, cabe questionarmos a “tradição intelectualista do ensino”, de modo a considerar o desenvolvimento intelectual não “como meta máxima e exclusiva da educação, mas sim meio para a meta maior do desenvolvimento da pessoa” (Galvão, 1995, p. 98).

## Considerações Finais

O presente trabalho procurou verificar como os conflitos interpessoais de alunos da Educação Infantil são compreendidos e abordados pelos professores em formação ou recém-formados. Para que esses conflitos possam servir como estímulo ao desenvolvimento da criança é preciso que

sejam bem compreendidos e, conseqüentemente, mediados de forma positiva. Nesse sentido, ressalta-se o papel do professor, que, como profissional da educação, deve estar preparado para assumir sua posição mediadora nas relações conflituosas ocorridas dentro do universo escolar, cuidando para que o conflito seja analisado com base no seu contexto e a partir do problema que o gerou.

Assim, é necessário que os professores sejam preparados para enfrentar as diferentes situações presentes na escola atual. Isso inclui, além de compreendê-las, saber abordá-las de forma significativa para a criança. Através da pesquisa, foi possível verificar que poucas estagiárias demonstraram considerar os conflitos interpessoais como eventos potencialmente positivos, sendo que, ao se depararem com eles durante o estágio de Educação Infantil, não se sentiram totalmente preparadas para agir diante das circunstâncias. Elas evidenciaram, em suas narrativas, não somente a existência de uma lacuna na formação profissional recebida, mas também a própria complexidade do tema, que exige dos profissionais da educação a capacidade de colocar em prática uma reflexão constante sobre seu fazer pedagógico e também, como afirma Pinto (1993, p. 75), “uma elaboração cognitiva de sua própria emocionalidade”.

Como evidenciado nos resultados, muitas delas salientaram não ter tido acesso a formação sobre o tema durante a graduação, e as que tiveram, somente de forma superficial. Esse fato chama a atenção para a necessidade de uma reformulação nos currículos acadêmicos. É importante que os centros de formação educacional passem a considerar, nos processos de formação inicial, os aspectos relacionados à realidade da profissão, que associem suas teorias às ações do dia a dia escolar.

Isso também se aproxima da necessidade apontada nas respostas aos questionários. A quase totalidade das respostas das participantes da pesquisa indicou como modelo de formação para promover qualidade nas mediações de conflitos na escola a ênfase na formação inicial e continuada. Formação inicial por trazer os conhecimentos sobre desenvolvimento infantil e embasar teoricamente as premissas relacionadas ao tema, e continuada para que seja possível analisar a prática, na prática e para a prática.

Nesse sentido, além da relação entre teoria e prática, já apontada como necessária na formação de professores, acredita-se que é preciso considerar o docente também como um ser integral, o qual, por meio das suas dimensões intelectual, afetiva e motora, constitui sua identidade pessoal e profissional de acordo com o contexto relacional/interacional em que está inserido. Da mesma forma que se salienta como necessidade para o desenvolvimento da criança, considera-se pertinente para o professor a colocação de Wallon (1975, p. 390) de que “... é necessário não dissociar o indivíduo das situações em que ele se encontra; que uma conduta é sempre o resultado do conjunto formado pela situação e pelo sujeito nela implicado” (p. 390). É o que se acredita como o ideal para uma formação que dê conta da contemporaneidade, cujos discursos são voltados a “crises” na educação, nos valores, na sociedade.

Diante dessa perspectiva, a formação dos docentes assume uma função muito importante na mudança da escola e, em consequência, nas situações conflituosas que nela ocorrem. O que exige que as universidades formem profissionais qualificados, e que a escola mantenha essa qualificação por meio de capacitações continuadas e da criação de espaços de reflexão e diálogo nos quais seja possível o compartilhamento de ideias, informações e saberes. É preciso uma formação que aproxime os professores de suas realidades e que os auxilie na educação de valores, de modo que se mantenham comprometidos com o respeito às particularidades da infância.

Apesar do empenho destinado ao estudo dos conflitos interpessoais na Educação Infantil e de como os professores percebem e agem diante dessas situações, considera-se que este trabalho é um estudo inicial, que se desdobrará em outras pesquisas, as quais poderão continuar contribuindo para a qualificação educacional dentro desse assunto tão importante nas escolas na atualidade. Aspectos sobre os conflitos que podem ser explorados em estudos futuros incluem a influência de pares na resolução dos conflitos e as possibilidades de atuação dos profissionais da educação face ao tema a partir da articulação com instâncias sociais como as famílias, entre outras possibilidades.

## Referências

- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Brasil, I.; Galvão, A. C. T. (2009). Desafios do ensino na Educação Infantil: perspectiva de professores. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61, 100-108.
- Domingues, S. F. S., & Maluf, M. R. (2008). Compreendendo estados mentais: Procedimentos de pesquisa a partir da tarefa original de crença falsa. In: Sperb, T. M.; Maluf, M. R. (Orgs.), *Desenvolvimento sociocognitivo: Estudos brasileiros sobre "Teoria da Mente"*. (pp. 11-31). São Paulo, SP: Vetor.
- Fischer, R. M. B.; Ohlweiler, M. I. (2013). Autoridade, infância e "crise na educação". *Cadernos de Pesquisa*, 43, 148, 220-239.
- Galvão, I. (1995). *Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- Galvão, I. (2003). Expressividade e emoções segundo a perspectiva de Wallon. In: Araujo, V. A. (Org.), *Afetividade na escola: alternativas práticas e teóricas* (pp. 71-88). São Paulo: Summus.
- Galvão, I. (2008). *Cenas do cotidiano escolar: conflitos sim, violência não*. Petrópolis: Vozes.
- Leme, M. I. S. (2009). Violência e educação: a percepção de pré-adolescentes sobre a autoridade da escola e da família no conflito interpessoal. *Temas em Psicologia*, 17(2), 459-370.
- Leme, M. I. S.; Carvalho, A. M. (2014). V Resolução de conflitos por pré-adolescentes e a opinião de pais e professores. *Boletim de Psicologia*, 64(141), 195-212.
- Leme, M. I. S.; Carvalho, A. M.; Joveleviths, I. (2012). Opinião dos pais e resolução de conflitos por adolescentes. *Temas em Psicologia*, 20(2), 337-354.
- Martins, A. M., Machado, M. M. C.; Furlanetto, E. C. (2016). Mediação de conflitos em escolas: entre normas e percepções docentes. *Cadernos de Pesquisa*, 161, 566-592
- Martinez-Lozano, V.; Sánchez-Medina, J.; Goudena, P. (2011). A Cross-Cultural Study of Observed Conflicts Between Young Children. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 42(6), 895-907.
- Oliveira, A. T.; Vidigal, S. P. (2013). Resolução de conflitos na escola: um desafio para o educador. *Nuances: estudos sobre educação*, 24(3), 215-234.
- Paniagua, G.; Palacios, J. (2007). *Educação infantil: resposta educativa à diversidade*. Porto Alegre: Artmed.
- Piaget, J. (1996). *A construção do real na criança*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Pinto, H. D. S. (1993). Emoção e ação pedagógica na infância: contribuição de Wallon. *Temas em Psicologia*, 1(3), 73-76.
- Ramos, A.; Vinha, T. P. (2014). As relações interpessoais em classes "difíceis" e "não difíceis" do Ensino Fundamental II. *INFAD Revista de Psicologia*, 1(6), 39-45.
- Santos, D. L.; Prestes, A.C.; Freitas, L. B. L. (2014). Estratégias de professoras de educação infantil para resolução de conflitos entre crianças. *Psicologia Escolar e Educacional*, 18(2), 247-254.
- Sarti, F. M. (2009). Parceria intergeracional e formação docente. *Educação em Revista*, 25(2), 133-152.
- Tardif, M. (2000). Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. *Revista Brasileira de Educação*, 13, 5-24.
- Vincentin, V. (2013). O que fazer no momento do conflito? In: Tognetta, L. R. P.; Leme, M. I. S.; Vincentin, V. F. (Orgs.), *Quando os conflitos nos pertencem*. (pp. 83-117). Campinas: Mercado de Letras.
- Vinha, V. (2003). *Os conflitos interpessoais na relação educativa*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP.
- Vinha, T.; Tognetta, L. (2014). Os conflitos interpessoais no Brasil e as violências escondidas. *INFAD Revista de Psicologia*, 1(7), 323-332.

Vinha, T. P.; Morais, A.; Tognetta, L. R. P.; Azzi, R. G.; Aragão, A. M. F.; Marques, C. A. E.; Silva, L. M. F.; Moro, A.; Vivaldi, F. M. C.; Ramos, A. M.; Oliveira, M. T. A.; Bozza, T. C. L. (2016). O clima escolar e a convivência respeitosa nas instituições educativas. *Estudos em Avaliação Educacional*. 27, 96-127.

Wallon, H. (1975). *Psicologia e educação da infância*. Lisboa: Editorial Estampa.

Wallon, H. (2007). *A evolução psicológica da criança*. São Paulo: Martins Fontes.

Recebido: 26 de outubro de 2017

Aceito: 25 de setembro de 2018



**License information:** This is an open-access article distributed under the terms of the License (type CC-BY), which permits unrestricted use, distribution and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.